



A presente obra é fruto de conclusão do curso de Mestrado em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo, em que tivemos a oportunidade de pesquisar sobre o instituto da Reclamação Constitucional até então vigente, assim como a nova roupagem trazida com a vigência da Lei nº 13.105/2015 e alterações da Lei nº 13.256/2016.

Um dos seus principais objetivos é tornar mais célere o processo e ao mesmo tempo proporcionar maior segurança jurídica, na medida em que se reveste de instrumento para resguardar a autoridade das decisões dos tribunais, incluindo-se as súmulas vinculantes editadas pelo STF, e também preservar as suas competências. Por esse motivo, a Reclamação é considerada a garantia das garantias. Com o novo regramento contido no novo CPC, a reclamação passou a ter maior importância e maior abrangência, sendo admitida em todos os tribunais.

Autor
Gustavo Calmon Holliday

A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO NOVO CPC

Área específica
Direito Processual Civil.

Áreas afins
Direito Público, Direito Processual Civil,
Direito Constitucional.

Público-alvo/consumidores
Todos os operadores do direito, tais como advogados,
procuradores, juízes, promotores, defensores
públicos e estudantes de direito.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001042

H739rt

Holliday, Gustavo Calmon

A reclamação constitucional no novo CPC / Gustavo Calmon Holliday. -
Belo Horizonte : Fórum, 2016.

131 p.

ISBN 978-85-450-0181-2

1. Direito Constitucional. 2. Direito Público. 3. Direito Processual Civil. 5.
Código de Processo Civil. I. Título.

CDD 347

CDU 347.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

HOLLIDAY, Gustavo Calmon. A reclamação constitucional no novo CPC. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 131 p. ISBN 978-85-450-0181-2.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Rodrigo Reis Mazzei.....	17
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	19
CAPÍTULO 1	
DELIMITAÇÃO DO TEMA E CONCEITO.....	25
1.1 Delimitação do tema.....	25
1.2 Conceito.....	27
CAPÍTULO 2	
ORIGEM E EVOLUÇÃO DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO DIREITO BRASILEIRO.....	29
2.1 Origem na jurisprudência do STF.....	30
2.2 A previsão no Regimento Interno do STF.....	31
2.3 Da previsão no âmbito da Constituição Federal.....	32
2.3.1 A Lei nº 8.038/90.....	33
2.3.2 A Emenda Constitucional nº 3/93.....	33
2.3.3 A Emenda Constitucional nº 45/2004.....	33
2.4 O novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105/2015.....	35
2.5 Síntese da evolução da reclamação constitucional no Direito brasileiro.....	36
CAPÍTULO 3	
DIREITO COMPARADO.....	39
3.1 Dos sistemas jurídicos da civil law e da common law.....	39
3.2 Da origem nacional da reclamação.....	40
CAPÍTULO 4	
NATUREZA JURÍDICA DA RECLAMAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO.....	43
4.1 Natureza jurídica.....	43
4.1.1 Da reclamação como recurso.....	44
4.1.2 Da reclamação como medida administrativa.....	46
4.1.2.1 Da reclamação e correição parcial.....	47
4.1.3 Da reclamação como incidente processual.....	48
4.1.4 Da reclamação como ação.....	50
4.1.5 Da posição do Superior Tribunal de Justiça.....	51
4.1.6 Da posição do Supremo Tribunal Federal.....	52
4.2 A natureza jurídica diante das novas disposições previstas no	

CPC de 2015.....	55
CAPÍTULO 5	
HIPÓTESES DE CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO.....	59
5.1 Preservação da competência do tribunal – Art. 988, inciso I, do CPC/2015.....	63
5.2 Garantia da autoridade das decisões jurisdicionais do tribunal – Art. 988, II, do CPC de 2015.....	65
5.2.1 Não cabimento de reclamação contra decisão do mesmo órgão.....	67
5.3 Garantir a observância de enunciado de súmula vinculante – Art. 988, III, do CPC de 2015.....	68
5.3.1 Precedentes.....	69
5.3.2 Súmulas vinculantes.....	70
5.3.2.1 Procedimento para edição, revisão e cancelamento da súmula vinculante.....	73
5.4 Garantir a observância de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade – Art. 988, III, do CPC de 2015.....	75
5.4.1 A reclamação e o cabimento na teoria da transcendência dos motivos determinantes.....	76
5.5 Garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas e em incidente de assunção de competência – Art. 988, inciso IV.....	77
5.5.1 Acórdão proferido em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	77
5.5.2 Acórdão proferido em incidente de assunção de competência.....	79
5.6 Garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinários ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias – Art. 988, §5º, inciso II....	80
CAPÍTULO 6	
PRAZO E PROCEDIMENTO DA RECLAMAÇÃO.....	85
6.1 Prazo.....	85
6.1.1 Reclamação e interposição/pendência de recurso.....	85
6.2 A petição inicial.....	88
6.3 Capacidade postulatória.....	89
6.4 A legitimidade e as partes.....	90
6.4.1 Terceiros na reclamação.....	91
6.5 O pedido e a causa de pedir.....	93
6.6 A competência.....	94
6.6.1 Preservação da competência do tribunal – Art. 988, inciso I, do CPC/2015.....	94
6.6.2 Garantia da autoridade das decisões jurisdicionais do tribunal – Art. 988, II, do CPC/2015.....	95
6.6.3 Garantir a observância de enunciado de súmula vinculante	95
6.6.4 Garantir a observância de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade.....	95
6.6.5 Garantir a observância de acórdãos proferidos em julgamento de IRDR, IAC, repercussão geral e recursos repetitivos.....	95
6.7 Do rito da reclamação.....	96
6.8 Da tutela provisória na reclamação.....	96
6.9 Natureza do provimento jurisdicional final na reclamação	97
6.10 Recursos e outros meios de impugnação.....	98
CAPÍTULO 7	
ALGUMAS PARTICULARIDADES RELACIONADAS COM A RECLAMAÇÃO.....	101
7.1 A reclamação e os juizados especiais.....	101
7.2 A reclamação e a Fazenda Pública.....	104
CAPÍTULO 8	
A RECLAMAÇÃO E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO DIANTE DO AUMENTO DO NÚMERO DE AÇÕES DESSA NATUREZA E OS RECURSOS INERENTES AO PROCEDIMENTO.....	107
CONCLUSÕES.....	115
REFERÊNCIAS.....	117